

*As dinâmicas das relações entre governo e cidadãos na perspectiva da  
responsividade – o caso do Participatório*

*The dynamics of the relations between government and citizens from the  
perspective of responsivity - the case of Participatório*

Marcelo Igor de Sousa<sup>1</sup>

**Resumo**

A proposta deste artigo é avaliar o site *Participatório*, do Governo Federal, que propõe reconfiguração do exercício do poder a partir das possibilidades das novas mídias. Afirma-se que os dispositivos comunicacionais favorecem o contato do cidadão com as informações públicas e diminuem a distância entre esse cidadão e o governo. Esse contexto acaba por cobrar, também, uma antecipação por parte do Governo: a responsividade, por meio de espaços de abertura, transparência e participação. São inferências: nessa relação está tensionado o contraste entre a tradicional rigidez da esfera governamental e a informalidade do ciberespaço; e a responsividade esbarra na desconfiança dos cidadãos acerca da implantação de ferramentas descentralizadoras. A conferência de poder de decisão é monitorada, regrada e pode ter o efeito contrário do esperado quando gera a sensação de falsa abertura, com o risco de a ação se voltar contra a esfera governamental. O foco está na percepção da relação de vigilância entre cidadãos, atores políticos e instituições.

**Palavras-chave:**

Comunicação; Participação Política; Internet; Mídiatização; Responsividade.

**Abstract**

The purpose of this article is to evaluate the site of the Federal Government of Brazil: *Participatório*, which proposes reconfiguring the exercise of power from the

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Servidor Técnico na Secretaria de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

possibilities of new media. It is stated that the communication devices favor the contact of citizens with public information and decrease the distance between the citizen and the government. This context requires also an anticipation by the Government: responsivity, by opening of spaces, transparency and participation. Are inferences: this relation is stressed the contrast between the traditional rigidity of the governmental sphere and the informality of cyberspace; and responsivity comes up against the distrust of citizens about the implementation of decentralization tools. The decision of power transfer is monitored, regulated and may have the opposite of the desired effect when generating a false sense of openness, with the risk of action to turn against the government sphere. The focus is on the perception of surveillance relation between citizens, political actors and institutions.

**Keywords:** Communication; Political Participation; Internet; Mediatization; Responsivity.

## Introdução

A ampliação do atravessamento das manifestações sócio-tecnocomunicacionais nas últimas décadas tem afetado as diversas esferas sociais, incluindo as relações políticas. E as relações entre atores políticos, instituições e cidadãos têm se modificado e gerado experimentações. É a partir dessas constatações que se aproxima de um objeto empírico em busca de respostas sobre essas perspectivas atuais e sobre as afetações desses processos.

Este trabalho se insere nas pesquisas desenvolvidas pelo autor na análise das estratégias de fomento da participação e da mobilização dos cidadãos por parte do Governo Federal do Brasil. No caso específico, do site *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*. Tal iniciativa é um ambiente virtual com a proposta de interagir com a juventude e estreitar a relação entre Governo e sociedade utilizando-se de estratégias que têm por base as ferramentas digitais e as potencialidades da Internet e suas tecnologias. O marco referencial escolhido está nos estudos de midiatização e na ancoragem no conceito de responsividade, que será situado mais adiante no trabalho em curso.

## Contexto

Este trabalho se insere nas pesquisas desenvolvidas pelo autor na análise das estratégias de fomento da participação e da mobilização dos cidadãos por parte do Governo Federal do Brasil. No caso específico, do site *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*. Entende-se que o objeto em questão se insere no contexto das transformações da sociedade dos meios em sociedade em vias de midiatização.

Nesse pano de fundo é localizada a constatação das interferências das mídias digitais no campo da política, por meio, principalmente, de ferramentas que fomentem a interação e participação dos cidadãos nas diversas esferas políticas. Essa disponibilidade de abertura de canais mais informais que a dos meios tradicionais tem causado alterações que precisam ser identificadas e suscita investigações científicas, principalmente pelo ainda pouco tempo de aplicação e a carência de pesquisas que averiguem essas alterações.

É sabido que, independentemente da Internet e suas tecnologias, os governos realizam experiências de participação como modo de incremento da democracia e justificação da representação, em situações diversas: as audiências públicas; os encontros dos representantes com os cidadãos – nas reuniões itinerantes –; o recebimento de sugestões e abaixo-assinados pelos diversos meios de contato; e, em um nível de maior participação, a elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular ou uma consulta pública. Nesse sentido, apresenta-se tal objeto como ampliação desse contexto, na busca de experiências que se utilizem de tais ferramentas comunicacionais e que acirrem os aspectos de inclusão e de participação.

A conferência de poder de decisão é monitorada, regrada e pode ter o efeito contrário do esperado quando gera a sensação de falsa abertura, com o risco de a ação se voltar contra a esfera governamental. Entende-se que o caso se configura num circuito em que se pode localizar direcionamentos de vigilância e participação nas relações de contato entre cidadão, políticos e instituições.

## Objeto



Figura 1: Página do site em Outubro de 2013

A proposta deste artigo é avaliar o site *Participatório*<sup>2</sup>, do Governo Federal do Brasil, que propõe reconfiguração do exercício do poder a partir das possibilidades das novas mídias. Sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) – ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), órgão do Governo Federal –, o Participatório tem a proposta de mobilizar jovens e demais interessados em debates sobre políticas públicas de juventude e questões gerais do âmbito da participação política, por meio de estratégias de participação em plataforma digital, em experiências de conversação, compartilhamento de conteúdo e formação de comunidades virtuais. Além disso, suscita mobilização para ações e eventos e oferece conteúdos para/sobre juventude. Os públicos destinatários são jovens, em geral; movimentos juvenis; pesquisadores e gestores de políticas públicas. Resumidamente, o site propõe a convergência de espaço informativo e comunicativo, a partir da temática da juventude.

O Participatório integra a política da SNJ e está sempre relacionado às suas

<sup>2</sup> <http://juventude.gov.br/participatorio/>

ações localizadas na articulação, em âmbito federal, dos programas e projetos destinados à população da faixa etária de 15 a 29 anos, apresentada como “sujeito político e de direitos” (BRASIL, 2014c). É colocado em prática de forma articulada com parceiros para o funcionamento da ferramenta e para o acesso a pessoas e grupos (ONGs, movimentos sociais, institutos de pesquisa, redes, coletivos etc.). Como política de Governo, sua finalidade e competência institucional segue a execução das políticas da Secretaria Nacional de Juventude e suas ações prioritárias.

Constam nas funcionalidades: rede social virtual, espaço para consulta pública, comunidades temáticas, transmissão online, biblioteca digital, repositórios virtuais, boletins e revista temáticos, dados e indicadores e interação com outras redes. Enfim, potencialmente o Participatório surge, conforme o ideal de criação do site, para “alargar os canais de comunicação e mobilização” (BRASIL, 2012. p. 2).

a) *Participação*: o site promove a participação por meio de intervenções em debates e constituição de comunidades temáticas.

b) *Mobilização*: Pelos site são geradas convocações de mobilizações para eventos e ações da SNJ ou de demais instituições ligadas ao órgão ou ao Governo Federal

c) *Produção de conhecimento em rede*: chamado também de observatório, o site pretende congrega e produzir informações sobre e para a juventude. Relacionam-se aqui a produção de pesquisas e disponibilização de conteúdo sobre questões juvenis, além do que pode ser produzido nas conexões em rede.

## Hipótese

Afirma-se que os dispositivos comunicacionais favorecem o contato do cidadão com as informações públicas e diminuem a distância entre esse cidadão e o governo. Nota-se que esse contexto acaba por cobrar, também, uma antecipação por parte do Governo: a responsividade. Numa antecipação ao desejo de vigilância cidadã, o Governo propõe espaços de abertura, transparência e participação, isto é, opções de ser vigiado e de sofrer interferência. O que se avalia é que nessa relação está tensionado o

contraste entre a tradicional rigidez da esfera governamental e a informalidade do ciberespaço.

## **Responsividade**

Nas “democracias de massa”, novas instâncias de participação, para além do voto eletivo de representantes, representam possibilidades mais específicas de mediação da representatividade. Para situar as discussões deste artigo, recorre-se ao conceito da responsividade (responsivity) . E para explicar o conceito, localiza-se seu oposto, o processo de *accountability*, processo de controle dos governos pelo cidadãos.

O “controle” estabelecido, no processo de *accountability*, pode ser dos poderes políticos entre si (*accountability* horizontal), como quando o poder judiciário fiscaliza o executivo, e também a prestação de contas da autoridade política para os seus cidadãos (*accountability* vertical). O processo ideal de *accountability* pública necessita de esfera pública política organizada nas instituições que demandam a responsividade dos representantes para com os cidadãos. E esse veredicto popular sobre a administração pública, nas democracias representativas, tem o ápice na eleição, com a aprovação ou a reprovação dada pelos cidadãos.

A responsividade, distinta da *accountability*, é a sensibilidade dos governantes de implantarem as políticas preferidas pelos governandos. A diferença entre as duas respostas está no fato de que responsividade parte dos governantes, e a *accountability* é exercida pelos cidadãos. Portanto, a *accountability*, quando exercida pelos cidadãos, tem a possibilidade de indicar um maior “controle social” dos governos. Essa abertura é indiciada no objeto em questão.

Um item ainda na representatividade que merece destaque diz respeito ao modo como se realiza a representação. Dois extremos podem ser apontados para se chegar a um meio termo. O “mandato imperativo” é aquele em que o representante é entendido como um emissário, que apenas cumpre uma função mecânica cumprindo o desejo de quem representa. Já o “mandato livre” vai para outro extremo, em que, uma vez eleito, o representante passa a agir com autonomia. A *accountability* é a possibilidade intermediária de realização da representatividade, garantindo o

compromisso dos representantes e, ao mesmo tempo, a sua autonomia (MIGUEL, 2005, p. 28-29).

A efetiva realização da *responsivity* favorece não só o “controle social” da governabilidade, mas, possibilidade abertura, transparência e justificação de decisões, gerando, ainda, uma inclusão mais ampla dos cidadãos no campo das discussões políticas. No tocante ao acesso dos cidadãos às possibilidades digitais de participação, muitas das críticas são direcionadas para o grande índice de excluídos digitais. De fato, ainda são muitos brasileiros que ainda não têm acesso à Internet. No entanto, um índice mais importante que isso está na inclusão social e políticas dos cidadãos, que se reflete no alheação dos cidadãos das questões públicas. Esse índice está posto antes das questões de acesso ou exclusão digitais. Isso se reflete nas insuficiências quanto ao uso das ferramentas pelos cidadãos e quanto à pouca importância que os políticos dão à responsividade, ou seja, a necessidade de os representantes darem informações sobre suas ações e medidas e de consultarem os representados.

### **Análise**

Como dito anteriormente, o objetivo deste artigo é avaliar o site *Participatório*, do Governo Federal, que propõe, segundo se pode afirmar heurísticamente, reconfiguração do exercício do poder a partir das possibilidades das novas mídias. Afirma-se que os dispositivos comunicacionais favorecem o contato do cidadão com as informações públicas e diminuem a distância entre esse cidadão e o governo. Nota-se que esse contexto acaba por cobrar, também, uma antecipação por parte do Governo: a responsividade. Num adiantamento ao desejo de vigilância cidadã, o Governo propõe espaços de abertura, transparência e participação, isto é, opções de ser vigiado e de sofrer interferência. Este item do trabalho reflete a observação continuada do site, de sua criação em 2013 até sua migração de plataforma, no final de 2014; e o contato com documentos de avaliação de resultados apresentado pelos próprios organizadores do site.

O que se avalia é que nessa relação está tensionado o contraste entre a rigidez própria da esfera governamental e a informalidade característica do ciberespaço. Avalia-se que a abertura à responsividade esbarra na desconfiança dos cidadãos acerca

da implantação de ferramentas descentralizadoras, com rondante sentimento de que governos esperam uma simples justificação de suas decisões. E também outro contraste, que já pode ser visto como ponto de partida, pois, em sua estrutura, o ciberespaço é desterritorializante, o que já contrasta com o Estado, territorializante, gerando uma natural tensão.

De fato, estabelecer canais de escuta/interação não significa gerar, de modo automático, mais comunicação. Ou seja, lidar com interação/participação em sua referência a aspectos de democracia pode encaminhar ao erro simplório de indicar que a interação em rede, por si só, em sua oferta de participação, é democratizante. Em algumas situações, a plataforma do Participatório cumpriu expectativas de interação e influência significativa de seus públicos, como na construção dos termos de uso ou nas experiências de construção colaborativa de documentos, mas ainda se trata de uma parte não muito significativa da experiência.

É preciso considerar, ainda, que as instituições têm vínculos de interesses. E o mundo digital é movido por atores/práticas que têm influência. Portanto, o ambiente virtual não é um espaço isento e liso e seus dispositivos não são neutros. As disputas sociais migram para aí. No caso do campo político, os atores enunciadores da arena política seguem buscando espaço e a conformação de suas perspectivas. Por isso, a implantação do Participatório está inserida nos interesses da Secretaria e tem metas a cumprir. Em algumas vezes, as metas e os projetos prioritários da SNJ, ou seja, as obrigações primordiais da secretaria tiveram a precedência nos processos. O Participatório está localizado como cumpridor da política de “participação como método de governo”, o que ainda se indica como proposição-meta, ainda em elaboração, visto que as iniciativas de interferência no resultado final das ações de governo (no sentido direto) são relativas.

Como visto, potencialmente, o site mobiliza diversas interações para além de que possa enquadrá-lo como um instrumento de transmissão, numa postura de emissor tradicional de informações e notícias. Mas, por outro lado, as decisões efetivadas transparecem, muitas vezes, um ranço de difusões de informações e convites. Outro indício disso é a forma como falha na disposição para se apresentar como receptor das informações, ou seja, de estar “do outro lado” do funcionamento do

processo comunicacional. As instituições tendem a ver os meios como aparelhos de difusão, a ver os meios como instrumentos. Essa visão aparece em alguns momentos, quando o uso da ferramenta apontada como participativa parece repetir o formato do site informativo como outro qualquer, apenas de descarga de informações.

Ainda faz parte do desenho das inferências a questão da burocratização que é própria da esfera governamental e seus contrastes. No caso específico da pesquisa, na forma estratégica de o Governo tentar dar uma resposta à sociedade, contrasta-se o embate entre a solidez institucional contra a fluidez da circulação. Ou seja, os pressupostos aos quais pertencem as duas esferas tendem a não garantir um diálogo entre iguais, baseado na conversação comunicacional.

Nesse sentido, aponta-se para a construção de um espaço novo e gerado em suas características próprias e que guarda sucessos e falhas na transposição desse contato. O Participatório ainda precisa abandonar algumas das características institucionais embalsamadoras para, verdadeiramente, ser um lugar “terceiro”, sustentado pela esfera comunicacional. É nesse item que se aponta para estudos futuros, de forma a identificar mais características próprias de uma mudança de espaço convencional de atuação do Governo.

Integra, ainda, o processo de captura de inferências, a detecção dos espaços de incomunicabilidade por parte da instituição, principalmente, e os espaços de incertezas, que partem da sociedade. Grande espaço de incomunicabilidade percebido é que o site ficou quase totalmente inacessível durante o período eleitoral 5 de julho a 26 de outubro de 2014. Obviamente, por força da rígida lei eleitoral que veta a disseminação de conteúdos por órgãos de governo durante três meses antes do primeiro turno até o final do pleito. Mas essa “força maior” não é de simples captação pelo público que está engajado em uma ferramenta, pois o rompimento dos contratos de comunicação foi feito de forma brusca e impediu a funcionalidade de boa parte das ferramentas de comunicação, além de anular aquelas de interação. E o período amplo, quase quatro meses, gerou um desgaste no uso das funcionalidade, principalmente as interações entre iguais.

Avalia-se, também, que a abertura à responsividade esbarra na desconfiança

dos cidadãos acerca da implantação de ferramentas descentralizadoras, com rondante sentimento de que governos esperam uma simples justificação de suas decisões. A conferência de poder de decisão é monitorada, regrada e pode ter o efeito contrário do esperado quando gera a sensação de falsa abertura, com o risco de a ação se voltar contra a esfera governamental.

### **Considerações finais**

Entende-se que o caso se configura num circuito em que se pode localizar direcionamentos de vigilância e participação nas relações de contato entre cidadão, políticos e instituições. A mediação estabelece novos protocolos de interação e novos regimes de contato entre atores sociais e instituições. No caso específico apontado neste trabalho, pode se dizer que na atualidade, estão se estabelecendo novos regimes de contato entre os cidadãos (atores sociais) e as instituições e seus representantes (atores políticos). É o despontamento de novos protocolos de interação para o exercício da democracia, o que vai desde as brechas oficiais nos espaços de poder (porosidade institucional) até o contato direto dos políticos com os cidadãos em ferramentas de redes sociais, sem a mediação tradicional e a partir de outras linguagens, num redesenho dos vínculos do campo político a partir da realidade mediada.

Mas abrir canais de participação/interação pode gerar frustrações no público envolvido, o que pode gerar mais insatisfação que aspectos positivos. Daí a importância de pesquisas que, como esta, que busquem: a) localizar como as instituições políticas lidam com as transformações no âmbito dos processos comunicacionais, b) quais são as respostas dinâmicas dadas nesse ambiente de sociedade mediada e c) no que afetam os modos em que os campos estão organizados. De fato, as instituições políticas têm de reposicionar seus discursos e suas formas de acesso aos públicos, no caso, os cidadãos, em cada instância de poder.

Propor-se a abrir canais de participação é estar disposto a também receber cobrança por parte dos públicos, no sentido da visibilidade dos resultados práticos dessa participação. De alguma modo, o *Participatório* realizou atividades em vista do aprimoramento de ações, como no encontro para aprimorar a ferramenta em setembro

de 2013, no qual reuniu jovens para debater o que estava sendo feito, em São Paulo. Mas é preciso o reajuste institucional, o cumprimento efetivo de assegurar um papel de efetiva importância dessas iniciativas para a governabilidade.

Outro elemento a se considerar é a distinção entre as proposições-meta do site – o objetivo do Governo em criar processos interacionais com esses públicos – e as ações efetivas, ou seja, o uso dado e as formas em que realmente estão colocadas em funcionamento a participação cidadã, em seus limites e possibilidades. Essa diferença traz um resultado que pode ser favorável ou desfavorável. Quanto mais ousada a interação, como, por exemplo, a alteração no texto de um documento, maior será a cobrança pelo aproveitamento da participação no resultado final.

Colocar-se em processos mais informais e interativos de comunicação traz consigo exigências de uma disposição à abertura. Propor-se à desburocratização é um salto que traz grandes reivindicações. E o modo como a instituição se coloca nesse ambiente pode indicar desde um nível rasteiro de ampliação de ferramenta até a reconfiguração do trabalho realizado. No caso observado nesta pesquisa, o Participatório variou nesses itens em cada uma de suas experiências, indo desde uma simples transmissão ao vivo de uma atividade corriqueira até experiências deliberativas que tiveram o suporte do ambiente. Ou seja, não se pode categorizar ou posicionar o Participatório em um nível “x” de abertura de participação, o que se pode afirmar é que nesse período, a experiência variou nos níveis de abertura e participação no quesito valorização da Internet e de suas tecnologias.

De fato, quando se cria um lugar específico, um espaço participativo, as pessoas precisam se sentir motivadas para a expressão de sua opinião e a troca de informações em mais um espaço, já que elas já têm a possibilidade de fazer isso em blogs, sites e redes sociais. E o Participatório foi a primeira ação efetiva de participação digital lançada pelo Governo Federal (BRASIL 2014. p. 76) e foi, ainda, categorizada como uma experiência de aperfeiçoamento de metodologias para a participação social. Tudo isso chama a atenção pelo fato de deixar claro o desejo desse governo em captar posicionamentos e opiniões de forma mais concreta, mas a afirmação da necessidade de “suas próprias ferramentas” (cf. BRASIL, 2014b. p. 47) é o reforço da indisposição para

‘navegar’ nas dinâmicas em que os jovens já estão acostumados. Novas e mais amplas análises podem apreender a interferência dessa experiência no Governo como um todo, principalmente com a investida no Portal Participa.br<sup>3</sup>, que acessa a públicos mais diversificados.

Portanto, a comunicação não pode ser vista como instrumento, mero meio, a serviço do político. Seu funcionamento tem sentido em sua dinâmica em circulação. O campo da política é provocado de tal forma que muda estruturalmente para atender a demandas de interação/ participação. O que se afirma, e se pretende aprofundar em outros estudos, é que a comunicação em tempos de midiatização é capaz de realizar essa mudança estrutural. Aos poucos, e com os deslizes diante da burocratização ou da falta de abertura, os Governos vão se aventurando nesses espaços e buscando estratégias que garantam uma execução que seja aceita pela sociedade e que garanta o cumprimento de suas funções político-administrativas. Sob a luz do conceito da midiatização, localiza-se de que modo os processos comunicacionais traspassam os processos rotineiros da política, gerando mudanças significativas que não poderiam ser realizadas fora desses ambientes e contextos.

A inserção da sociedade civil na elaboração e no controle das políticas públicas e o contexto de críticas e cobranças mais acirradas acerca de uma falta de representatividade e do desejo mais individual de participação são características da sociedade atual. E a resposta do Governo Federal deve ir além da proposição de uma Política Nacional de Participação Social (PNPS), muito em voga e em polêmica desde o fim do ano de 2014. Não que ela não tenha validade, mas ela se enquadra, ao menos em sentido de formato, nas respostas tradicionais. E ir além com o Participatório, por exemplo, traz o desafio de, a nosso ver, saber dialogar com esse cidadão “não-representado”, aquele que participa de manifestações, mas é avesso a partidos, a grupos e a movimentos, por exemplo. Pois a avaliação de funcionamento do site mostra que o site não conseguiu atingir esse cidadão que em grande número pertence à faixa de idade prioritária do *Participatório*. A dinâmica que foi dada ao ambiente virtual dedicou-se de forma consistente a dialogar com movimentos e grupos organizados, mas mostrou-se frágil no diálogo com participantes únicos. A disposição ao diálogo deve assumir forma

---

<sup>3</sup> <http://www.participa.br/>

mais desafiadoras.

Por último, é preciso alertar para o risco contido na afirmação “a SNJ, através do Participatório, tem trilhado um caminho para inserir a juventude nas decisões do poder público, de forma contínua, para além dos grandes eventos presenciais de participação” (BRASIL, 2014a. p. 116), pois ela pode guardar o sentimento de que as decisões terão mais amplamente a confirmação e aceitação do público apenas por terem passado por alguma consulta ou retorno por parte dos cidadãos. Em ferramentas participativas como esta, há, frequentemente (SOUSA, 2012), a desconfiança de que as decisões já estão tomadas e serão acolhidas apenas as sugestões que convirjam com aquelas já definidas pelo ente governamental.

## **Bibliografia**

BRASIL. **Almanaque do Participatório 2013/2014**. Brasília: Presidência da República, 2014a.

BRASIL. **Participatório**: O observatório participativo da Juventude – Conceitos e Diretrizes MINUTA. Brasília, 2012.

BRASIL. **Relatório de Gestão do Exercício 2013 da Secretaria Nacional de Juventude**. Brasília: Presidência da República, 2014b

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude – Balanço da Gestão 2011/2014**. Brasília: Presidência da República, 2014c.

BRASIL. **Participatório**: O observatório participativo da Juventude – Conceitos e Diretrizes MINUTA. Brasília, 2012.

BRAGA, J.L. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2006.

CASTELLS, M.A **galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTELLS, M. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

EGLER, T.T.C. Democracia Virtual no Governo da Cidade. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 41-53, mar. 2008.

FARIA, C.F.S. **O parlamento aberto na era da Internet:** pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 334 p.

FAUSTO NETO, A. **Mediatização:** prática social, prática de sentido. Artigo apresentado no Encontro da Rede Prosul – Comunicação Sociedade e Sentido. São Leopoldo, 2005.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras:** estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005.

GOMES, W. Internet e Participação Política. In: GOMES, W; MAIA, R. C. M. **Comunicação e Democracia:** Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008. p. 293-326.

GOMES, W. Participação política *online*: Questões e hipóteses de trabalhos. In: MAIA, R. C. M; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. **Internet e Participação Política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

MAIA, R.C.M. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, R.C.M; GOMES, W; MARQUES, F. P. J. **Internet e Participação Política no Brasil.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

MARQUES, A.C.S. As Intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas:** textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 11-28

MARQUES, F.P.J.A. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação Intercom.** São Paulo, v. 33, n. 1, p. 53-79, jan./jul. 2010.

MENDES, D.C.V.R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Revista Katál,** Florianópolis, v. 10, n. 2, p 143-153, jul/dez, 2007.

MIGUEL, L.F. Impasses da *Accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, nº 25, p. 25-38, 2005.

PARTICIPATÓRIO. **Site Participatório (Beta):** Observatório Participativo da Juventude. Disponível em: <<http://participatorio.juventude.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2014.

PERNA, A. **O lado invisível da participação política:** gestão da informação dos mecanismos digitais de participação política nos parlamentos da América Latina, com uma análise do caso da Câmara dos Deputados do Brasil. 2010. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – UnB, Brasília, 2010.

SAMPAIO, R.C.A. **Participação e deliberação na Internet:** um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SOUSA, M.I. **Cidadania, participação e deliberação online: um estudo de caso dos sites e-Democracia e Votenaweb.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás.2012.